

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.320 - PR (2019/0302451-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : WILLIAN CESAR DA SILVA
ADVOGADO : WILLIAN CÉSAR DA SILVA - PR076344
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : DANILO RODRIGUES (PRESO)
PACIENTE : OTANIEL ROBERTO RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de DANILO RODRIGUES e OTANIEL ROBERTO RODRIGUES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Revisão Criminal n. 38535-16.2019.8.16.0000).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, incs. I e II, do Código Penal (roubo qualificado), à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado.

Transitada em julgado a sentença, a defesa propôs revisão criminal, a qual foi julgada improcedente, nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 79/81):

REVISÃO CRIMINAL DE ACÓRDÃO - CONDENAÇÃO PELO CRIME DE ROUBO MAJORADO - PRETENSÃO DE READEQUAÇÃO DO REGIME INICIAL - SUPOSTA ILEGALIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS MAJORANTES PARA FINS DA SUA DETERMINAÇÃO - NÃO ACOLHIMENTO - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO QUADRO FÁTICO PARA FINS DE DEFINIÇÃO DE REGIME INICIAL, CONFORME ART. 33, § 3º, DO CP - VIABILIDADE DO EMPREGO DE MAJORANTES PARA FINS DE AFERIMENTO DO SISTEMA INICIAL, NÃO OBSTANTE A PENA-BASE TENHA PERMANECIDO NO MÍNIMO LEGAL - PRECEDENTES DO STJ E STF - MEDIDA IMPUGNADA ESCORREITA - MANUTENÇÃO DOS DEMAIS INSTITUTOS -AÇÃO IMPROCEDENTE.

No presente *mandamus*, alega ausência de fundamentação idônea na fixação de regime prisional mais gravoso.

Assevera que os pacientes são primários e as circunstâncias judiciais foram consideradas favoráveis, não havendo que se falar em regime fechado, no caso concreto,

Superior Tribunal de Justiça

à luz do entendimento firmado nos Enunciados n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e n. 440 do Superior Tribunal de Justiça.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a fixação de regime inicial semiaberto.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

